ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se
Publique-se
2009-08-19
O Secretário da Mesa

☐ **REQUERIMENTO** **Número** / (.ª)

☒ **PERGUNTA** **Número** 4039/ X (4 .ª)

Assunto: Venda do Parque da Estradas de Portugal em Beja - concelho de Beja

Destinatário: Min Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

Segundo notícias vindas a público a Estradas de Portugal pretenderá alienar, através de leilão marcado para o próximo dia 9 de Setembro as instalações do seu Parque da Delegação de Beja.

Trata-se de um espaço com uma área de 17.600 m2, situada num ponto estratégico à entrada da cidade e que, por opinião unânime dos eleitos da Câmara Municipal de Beja, poderia servir para a instalação de importantes serviços públicos.

Seria um absurdo e no mínimo um acto de gestão danosa do património público se o Governo permitisse a alienação de um espaço tão bem situado e que poderá ter utilidade para o bom funcionamento de outras instituições públicas que dele carecem.

Por muito ruinosa que tenha sido a gestão da Estradas de Portugal pelo actual Governo é difícil aceitar que as dificuldades financeiras da empresa tenham atingido um ponto tão grave que tenham que alienar património como é o caso do Parque em questão.

A alienação do Parque seria tanto mais incompreensível e inaceitável quanto é conhecida a posição assumida pela Câmara Municipal de Beja, com o voto favorável de todos os seus eleitos, no sentido de ser suspenso este processo e aberto um diálogo no sentido de ser encontrada uma melhor solução para a utilização do espaço do referido Parque.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., ***ao Senhor Ministro das Obras Públicas,***

Transportes e Comunicações, *resposta às seguintes perguntas:*

1. Quais os fundamentos para a alienação do Parque da Delegação de Beja da Estradas de Portugal?

2. Não acha o Governo que antes de proceder à alienação de um espaço que pode ser necessário para dar resposta a necessidades públicas, como aliás pensam os eleitos da Câmara Municipal de Beja por unanimidade, seria conveniente auscultar as entidades representativas do distrito e em particular do concelho de Beja antes de proceder a uma tal alienação?

3. Vai o Governo repensar a situação, suspender o leilão previsto para 9 de Setembro e abrir um processo de diálogo com as instituições locais de forma a equacionar melhores soluções para a utilização dos 17600m2 do Parque?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 7 de Agosto de 2009

Deputado(a)s

José Soeiro(PCP)